

## RELATÓRIO FINAL

O CONSELHO DE DISCIPLINA DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA/ FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO, por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) – cfr. artigo 59.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto – instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista filiado XXXXXXXX, titular da licença nacional n.º XXXX a fim de se apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo antidopagem positivo em competição, realizado no dia XXXX, com o nome de código “M-796855360”, que acusou a presença da substância proibida específica *Efedrina* (pertencente à classe S.6.b. da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos), numa concentração de 42 ug/ml.

### I. RELATÓRIO DE TRAMITAÇÃO

No âmbito da realização de inquérito prévio, na sequência do controlo antidopagem supra identificado, a ADoP recolheu os seguintes elementos probatórios:

1. Relatório de Ensaio da análise à amostra A (v. fls. 8, 9, 12, 13 e 14);
2. Formulário de Controlo Antidopagem (v. fls. 10 e 11);
3. Comunicação escrita feita pela UVP-FPC ao atleta, informando-o do resultado positivo da amostra A e da possibilidade de ser requerida a contraanálise (v. fls. 3 a 5);
4. Resposta do arguido, informando que prescindia da realização da contraanálise (v. fls. 40); e,
5. Comunicação feita pela FPC à ADoP, a informar que o arguido prescindia da realização da contraanálise (v. fls. 6 e 7).

O processo disciplinar foi, assim, instaurado no dia 17 de setembro de 2018 (v. fls. 1) e, neste âmbito, foi efetuado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas as seguintes diligências de instrução:

1. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar (v. fls. 16 a 19);
2. Foram solicitados esclarecimentos complementares à ADoP, acerca do resultado analítico obtido (em concreto, qual a substância(s) detetada(s)) (v. fls. 20 e 21);
3. Foi remetida ao arguido, e este recebeu, a acusação e a notificação com o agendamento da inquirição, sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa (v. fls. 29 a 35);
4. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, no qual é aceite a renúncia do instrutor Tito Crespo e nomeada a presente instrutora (v. fls. 36 a 38);
5. Foram solicitados documentos e esclarecimentos adicionais à FPC (v. fls. 39 e 40); e,
6. A fim de garantir o integral exercício do direito de defesa pelo arguido, em 5 de novembro de 2018 foi elaborado, e enviado ao arguido (que recebeu), Despacho questionando-o novamente se pretendia prestar declarações nos presentes autos.

O arguido não constituiu mandatário, não respondeu por escrito à acusação e não compareceu na data designada para a sua inquirição, nem apresentou qualquer justificação para a falta. Apenas quando foi novamente interpelado pela instrutora, mais tarde, para que esclarecesse se pretendia, ou não, apresentar defesa, esclareceu que *“Venho por este meio assumir a responsabilidade e o arrependimento total pelo resultado positivo no controle anti-Doping e aguardo a penalização que me será aplicada pela Federação Portuguesa de Ciclismo.”* (cfr. fls. 48 e 49).

Importa ainda sublinhar que em nenhum momento do inquérito resultou que a conduta do arguido tenha sido auxiliada, ou de qualquer outra forma comparticipada, por elementos do pessoal de apoio ao praticante desportivo, motivo pelo qual não houve outros acusados (conforme resulta do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Importa, nesta sede, explanar e analisar criticamente toda a prova realizada durante o inquérito, bem como a defesa eventualmente apresentada pelo arguido, a fim de determinar quais os factos que se devem considerar provados e quais os factos que se devem considerar não provados.

Apurados os factos provados, verificar-se-á se os mesmos se subsumem, ou não, às normas legais e regulamentares aplicáveis, concluindo-se enfim pela condenação ou, inversamente, pela absolvição do arguido.

### i) DA PROVA REALIZADA

Como acima se disse, o arguido está acusado da prática de um ato de dopagem, por ter sido detetada no líquido orgânico que lhe foi recolhido pela Professional Worldwide Controls (por determinação da AEPSAD – Agência Antidopagem Espanhola) a presença de uma substância proibida. Tal circunstância constitui, sem mais, uma violação ao artigo 3.º, n.º2, al. a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto [artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo] e, consequentemente, consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º, n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

A acusação fundou-se no relatório de ensaio da amostra n.º A4263675, realizado no ANTI-DOPING LABORATORY OF MADRID, no qual foi detetada na amostra a presença da substância *Efedrina* (substância proibida específica, pertencente à classe S.6.b) da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro), numa concentração de 42 ug/ml (portanto, superior ao limite legal, que é de 10 ug/ml) (v. fls. 8 e 9). Para além disso, a acusação está ainda suportada no Formulário de Controlo, documento oficial, que se encontra devidamente preenchido e assinado pelo arguido (v. fls. 10 e 11).

Notificado do resultado adverso da análise, bem como da faculdade de requerer a realização de contraanálise, o arguido prescindiu de o fazer, dizendo que *"Venho por este meio informar que não pretendo que façam a realização da análise à amostra B. Assumo a responsabilidade pelo primeiro resultado obtido (positivo) e aguardo a penalização que me será aplicada pela Federação Portuguesa de Ciclismo."* (cfr. e-mail de fls. 40). Pelo que, a análise da amostra B não foi efetuada.

Como já supra se referiu, o arguido, apesar de devidamente notificado para o efeito, optou por, primeiramente, não responder à acusação, sendo que, só em segunda interpelação, decidiu pronunciar-se, tendo então confessado integralmente os factos que lhe são imputados, reiterado que *"Venho por este meio assumir a responsabilidade e o arrependimento total pelo resultado positivo no controle anti-Doping e aguardo a penalização que me será aplicada pela Federação Portuguesa de Ciclismo."* (cfr. fls. 48 e 49).

#### **ii) FACTOS PROVADOS E MOTIVAÇÃO**

Os elementos probatórios recolhidos durante o inquérito foram objeto de análise crítica e ponderada, a qual permitiu dar como provados os seguintes factos:

1. O arguido é ciclista amador, pertencente à classe Master 30, titular da licença nacional n.ºXXXX, emitida pela UVP-FPC para a época 2018.
2. No dia XXX, o arguido participou na XXXX
3. No final da prova "XXXX", o arguido foi sujeito a um controlo antidopagem realizado pela Professional Worldwide Controls (por determinação da AEPSAD), com o nome de código "M-796855360", durante o qual lhe foi recolhida uma amostra de urina, colocada em dois recipientes autónomos, que foram de imediato fechados, selados e codificados, sob amostra n.º A4263675 e B4263675.
4. Os recipientes contendo a urina do arguido foram enviados para exame para o ANTI-DOPING LABORATORY OF MADRID.
5. A análise à amostra n.º A4263675, realizada no ANTI-DOPING LABORATORY OF MADRID revelou a presença das substâncias *Efedrina* no líquido orgânico recolhido no organismo do arguido, numa concentração de 42 ug/ml..



6. Notificado do resultado adverso, o arguido prescindiu da análise à amostra B4263675, pelo que a mesma não foi efetuada.
7. Ao administrar, ou permitir a administração, da substância *Efedrina* no seu organismo, o arguido agiu de forma livre e consciente, sem o cuidado necessário para se assegurar de que cumpria o dever de diligência a que estava adstrito, decorrente do facto de ser ciclista federado e, por isso, estar sujeito às regras (legais e regulamentares) antidopagem.
8. O arguido sabia, ou não podia ignorar, que a substância *Efedrina* era proibida e, por isso, que a sua conduta era contrária à Lei e aos Regulamentos.

Os factos dados como provados resultam da conjugação de todo o acervo probatório junto aos autos, conjugados com as regras da experiência comum, interessando destacar, em primeira linha, a confissão integral e sem reservas apresentada pelo arguido. Para além disso, foram ainda fundamentais os documentos juntos pela ADoP em sede de inquérito prévio (em especial, o relatório de ensaio da amostra n.º A4263675, realizado no ANTI-DOPING LABORATORY OF MADRID (v. fls. 8 e 9), e, o Formulário de Controlo (v. fls. 10 e 11)).

Mais concretamente, o facto provado 1. resulta provado da ficha de inscrição do atleta na época 2018, junta a fls. 15. Os factos provados 2. e 3, para além da confissão, ficam provados por constarem expressamente do Formulário de Controlo, junto a fls. 10 e 11. Os factos provados 4. e 5., para além de confessados, ficam provados pelo documento de fls. 8 e 9, que é o Certificado da Análise realizado pelo ANTI-DOPING LABORATORY OF MADRID e que, nesta parte, consubstancia prova pericial. Ali se pode ler, expressamente, "*S6. Stimulants/ephedrine greater than the Decision Limit of 11 ug/mL. The mean concentration measured is 42 ug/mL.*", o que, em tradução livre, significa: *S6. Estimulantes/efedrina superior ao Limite de Decisão de 11 ug/mL. A concentração média é de 42 ug/mL.* Acrescentar ainda que o número da amostra, bem como o código do controlo constantes do Formulário de Controlo coincidem com os constantes do Certificado de Análise, pelo que não existem dúvidas de que a amostra analisada pertence ao arguido. O facto provado 6. fica provado pelo e-mail de fls. 40. Relativamente aos factos provados 7. e 8., referente à materialidade de índole subjetiva, representando o estado psíquico atinente ao preenchimento dos elementos subjetivos do tipo de infração disciplinar em apreço, a sua demonstração decorre *in re ipsa* e, por conseguinte, também da valoração dos elementos probatórios juntos ao

processo à luz das regras da experiência comum e da lógica. Na verdade, não sendo possível alcançar prova de que o arguido tenha agido com dolo, por não existirem elementos que permitam sustentar que este agiu com vontade dirigida à prática do ato de dopagem (como vinha indiciado, em sede de acusação), resta-nos concluir pela mera negligência.

**iii) FACTOS NÃO PROVADOS**

Inexistem factos não provados com relevância para a decisão da causa.

**iv) DO DIREITO**

Apurada a factualidade dada como provada, segue-se a operação de subsunção desses factos às normas legais e regulamentares aplicáveis as quais deverão, portanto, ser enunciadas nesta sede.

Assim:

Nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, e pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto [artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo], constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos:

*“a) A mera presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, numa amostra A de um praticante desportivo, quando o praticante desportivo prescinda da análise da amostra B e a amostra B não seja analisada, quando a análise da amostra B confirme a presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, encontrada na amostra A ou quando a amostra B seja separada em dois recipientes e a análise do segundo recipiente confirme a presença da substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, presente no primeiro recipiente;”*

A Efedrina é uma substância proibida específica, pertencente à classe S.6.b) da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro, “(...) quando a concentração na urina seja superior a 10 microgramas por mililitro.”.

Acresce que, nos termos do artigo 5.º da citada Lei e, também, do citado Regulamento, o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (art.º 6.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto).

Por outro lado, importa reter que nos termos do disposto no artigo 56.º n.º 1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, a violação do disposto na al. a) do n.º 2 do artigo 3.º da mesma Lei constitui um ilícito disciplinar. E, acrescenta o n.º3 do mesmo artigo que a negligência é punível.

Posto isto.

Descendo ao caso concreto, a factualidade dada como provada não deixa quaisquer dúvidas quanto à integral verificação dos elementos objetivos do tipo da norma incriminatória [em concreto, *vide* factos provados 1. a 5.].

Por outro lado, quanto ao elemento subjetivo da norma, cabe em primeiro lugar notar que nos termos do disposto no artigo 12.º alínea c) dos Estatutos da FPC é dever de todos os sócios cumprir os Regulamentos emanados por esta federação. Os atletas são sócios da FPC e, por consequência, estão obrigados àquele dever. Sucede que, para cumprir os Regulamentos, há que os conhecer, pelo que é forçoso concluir que os sócios da FPC estão obrigados a apreender aqueles instrumentos normativos. Por outro lado, não é concebível que alguém queira voluntariamente fazer parte de uma competição desportiva, organizada por uma federação, sem que deva inteirar-se de todas as normas que a envolvem. Não só porque isso é fundamental para a sua integração na organização, como porque pode vir a ser punido na sua esfera pessoal pela aplicação dessas normas.

O elemento subjetivo da norma prende-se, em resumo, com a existência, ou não, da culpa, enquanto pressuposto e limite da sanção que há de aplicar-se ao arguido (artigo 12.º do Regulamento Antidopagem da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo e artigos 13.º e 40.º, n.º2, do Código Penal). A culpa pode surgir de uma de duas formas: dolo (conhecimento e vontade de realização do facto ilícito típico, ou seja, composto por um momento intelectual e um momento volitivo), ou negligência (violação de um dever a que se está obrigado e que se é capaz de cumprir).



Tendo em conta que o cumprimento do dever de diligência a que o arguido se encontra sujeito implica conhecimentos de base técnico-científica, de que os atletas naturalmente não dispõem, os mesmos, antes de procederem à toma de qualquer medicamento ou suplemento, deverão assegurar-se da licitude da sua conduta utilizando, para o efeito, duas diligências cumulativas: *i.* Verificando, os próprios, a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, confrontando-a com as substâncias constantes dos rótulos ou folhetos dos produtos que tomam; e, *ii.* Procurando aconselhamento especializado antes de iniciar a toma, nomeadamente, através da consulta do médico da equipa ou, não o tendo, contactando a Linha Azul da ADoP (cujo número de telefone, fax e endereço electrónico constam do site deste organismo na internet).

No caso dos autos, verifica-se que o arguido não fez nada disto. Se tivesse feito, o resultado ilícito não se teria verificado.

De resto, não fica sequer demonstrado que o arguido tenha precedido a toma da substância proibida de qualquer diligência destinada a certificar-se do que esta continha.

E, assim sendo, é *mister* concluir que o arguido não agiu com toda a diligência a que obriga o artigo 5.º da Lei Antidopagem no Desporto, que ao estipular o dever dos atletas se assegurarem de que não introduzem no seu organismo qualquer substância proibida de uma forma tão genérica e geral, sem balizas nem limites, acaba por criar um imperativo de diligência mais exigente do que o habitual critério do homem médio (*bonus pater familiae*), usualmente adotado como referência no ordenamento jurídico português. Em última análise, diríamos que a única forma de os atletas garantirem o escrupuloso cumprimento deste dever é submetendo todos os produtos que tomam ao escrutínio da ADoP (antes de iniciar a toma, naturalmente), pelo que, por cautela, devem sempre fazê-lo.

Posto isto, estando a cargo do arguido um dever de cuidado (aqui, inclusivamente, acrescido) – no sentido de evitar incorrer na violação das normas da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto –, dever esse que o mesmo incumpriu, e estando ao seu alcance evitar esse incumprimento, conclui-



se que o seu comportamento reconduz-se, tanto no tipo de ilícito, como no tipo de culpa, pelo menos, a um caso de negligência consciente, nos termos do disposto pelo art.º 15.º, alínea a), do Código Penal.

Este facto, contudo, atenuando o grau de ilicitude do facto, pois revela uma falta de intenção na prática de um ato contrário às normas disciplinares, é censurável em sede de culpa, não podendo a mesma ser, aqui, excluída, uma vez que todo e qualquer praticante desportivo fica adstrito aos deveres que lhes são impostos pelo artigo 5.º da Lei n.º 38/2012, de 28.º de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto, e que o incumprimento desse dever lhe é censurável.

Em face da argumentação *supra* exposta, concluimos pela total verificação dos elementos objetivos e subjetivos da norma, sendo por isso legítimo concluir que, com a toma, o arguido praticou a infração prevista no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto e no artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP- Federação Portuguesa de Ciclismo e, por isso, deve ser condenado.

Aqui chegados, cumpre concluir que o arguido praticou uma única infração disciplinar ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto e no artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP- Federação Portuguesa de Ciclismo, pela qual deverá ser condenado.

Nos termos do disposto no artigo 61.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, o "(...) praticante desportivo é punido, tratando-se de primeira infração:

- a) Com pena de suspensão por um período de 4 anos, se a conduta for praticada a título doloso;
- b) Com pena de suspensão por um período de 2 anos, se a conduta for praticada a título de negligência."

Não sobejando dúvidas de que o arguido atuou, pelo menos, com negligência, a sua conduta será, pois, enquadrável no disposto na alínea b) do *supra* citado artigo 61.º.

Por fim, importa ainda deixar menção que, uma vez que o arguido confessou, é-lhe, ao menos em abstrato, aplicável o disposto no artigo 69.º n.º7 da Lei n.º Antidopagem no Desporto, segundo o qual:

*“O período de suspensão pode ser reduzido para metade, no mínimo de 2 anos, caso o praticante desportivo, nas situações previstas nas alíneas a), d) e e) do n.º 2 do artigo 3.º, confessar imediatamente a violação da norma antidopagem após ter sido notificado da mesma, e mediante a prévia aprovação da AMA e da ADoP.”.*

Contudo, como é bom de ver, e paradoxalmente, da aplicação deste regime *supostamente* mais favorável ao arguido resultará, afinal, precisamente a mesma moldura abstratamente aplicável ao caso: 2 anos de suspensão. O mesmo é dizer que a confissão apresentada pelo arguido será, neste caso, por determinação da Lei, totalmente irrelevante e irrelevável.

### **III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA**

A determinação da medida da pena deve ser feita em função dos critérios gerais previstos no artigo 14.º n.º 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, e no artigo 71.º do Código Penal, nomeadamente, a culpa do arguido e as exigências de prevenção, sendo certo que, na consideração das exigências de prevenção procura-se satisfazer a necessidade comunitária de punir a conduta e, conseqüentemente, realizar eficazmente as finalidades da pena, e, à consideração da culpa, preside a exigência do respeito pela dignidade da pessoa do arguido, e visa-se limitar as exigências de prevenção.

Relacionando estes dois conceitos, tem-se que as exigências de prevenção hão-de dar uma moldura dentro da qual a pena se afigura justa, e a consideração da culpa vai impor, no caso concreto, o limite inultrapassável da pena.

Para aferir tanto das exigências de prevenção, como da culpa, há que ter em consideração, então, os fatores de medida da pena, que dizem respeito à execução do facto, à personalidade do agente, e à conduta do agente anterior e posterior ao facto, o que faremos de seguida.

Estes fatores devem ser tidos em conta conjuntamente com eventuais circunstâncias atenuantes e/ ou agravantes, nos termos do artigo 22.º do Regulamento Antidopagem

da UVP-Federação Portuguesa de Cicismo.

A luta contra a dopagem está intimamente relacionada com a preservação de valores que constituem a coluna vertebral do desporto – qualquer que seja a modalidade – como sejam a igualdade de condições entre as várias partes em competição, e a ética desportiva, que se manifesta no *fair play*, lealdade e honestidade para com os restantes agentes desportivos e, ainda, para com os adeptos cuja felicidade e entusiasmo são, afinal, uma importante peça no desporto enquanto fenómeno.

Neste contexto, os atletas estão sujeitos a um elevado grau de exigência em matéria de dopagem, porquanto se está perante um assunto que ameaça tudo aquilo que, segundo se crê, o desporto representa.

Ora, atuar de forma completamente avessa a essa exigência, ignorando os seus fundamentos e propósitos, como o fez o arguido, é uma conduta que se entende com alguma gravidade, a qual não deve ser desconsiderada em sede de processo disciplinar.

Assim, temos que as exigências de prevenção geral se afiguram, *in casu*, consideráveis.

Para além disso, não é despiciendo notar que o arguido confessou e que se trata de ciclista amador, não auferindo por isso qualquer rendimento com a modalidade, praticando-a apenas pelo gosto que tem pelo ciclismo.

Tais circunstâncias devem ser tidas em conta para a determinação das exigências de prevenção especial, as quais devem ser consideradas pouco elevadas, uma vez que, segundo cremos, este processo – sem precedentes no histórico disciplinar do arguido – terá servido de forma suficiente para reprimir futuras violações.

#### **IV. PROPOSTA DE DECISÃO**

Considerando tudo quanto acima se expôs, por se julgar suficiente tanto em termos preventivos como punitivos, estando em causa a toma de uma substância proibida específica, propomos ao Conselho de Disciplina a aplicação ao ciclista



das seguintes sanções:

- i. **Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 61.º, n.º1, al. b) da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto - **ao qual deve ser deduzido o período de suspensão preventiva a que o arguido se encontra sujeito desde 17/09/2018**, nos termos do disposto pelo artigo 37.º, n.º2, da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto, e 31.º, n.º2 e 54.º, n.º8, do Regulamento da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo;
- ii. **Anulação do resultado obtido na prova em que acusou positivo – XXXX** –, aplicada ao abrigo do disposto no artigo 74.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- iii. **Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado a partir do dia XXX** (data da prática da infração); e,
- iv. **Pena de multa, pelo mínimo, isto é €500 (quinhentos euros)** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Regulamento Antidopagem UVP-FPC.

Lisboa, 31 de dezembro de 2018.

A Instrutora,

  
(ISA DE ALMEIDA FILIPE)

## ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

### **A. Identificação e Instrução**

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 17/09/2018, contra o ciclista seu filiado XXXX, portador da licença n.º XXXX tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de uma infração disciplinar, prevista na alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto (Lei Antidopagem no Desporto), consubstanciada na presença no líquido orgânico (urina) recolhido ao arguido no final da prova XX, que teve lugar no dia XXXX, da substância proibida específica «Efedrina».

A instrução do processo foi inicialmente conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo e, após este ter renunciado ao cargo de instrutor, foi prosseguida pela Exma. Senhora Dr.ª Isa Almeida Filipe. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pela Instrutora ao Presidente.

No termo da instrução foi elaborado relatório final pela Instrutora, o qual este Conselho de Disciplina da UVP-FPC subscreveu na totalidade na reunião ocorrida no dia 02/01/2019 – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante e incidível desta decisão. Entendeu então o Conselho que seria justo e adequado aplicar ao arguido a pena de suspensão pelo período de 2 (dois) anos.

Porém, de acordo com o art.º 27.º, n.º1, alínea a), da Lei Antidopagem no Desporto, cabe ao Conselho Nacional Antidopagem (CNAD) “[E]mitir parecer prévio, vinculativo, quanto à aplicação por parte das federações desportivas de



*sanções, decorrentes da utilização, por parte dos praticantes desportivos, de substâncias específicas, como tal definidas na lista de substâncias e métodos proibidos.”*

Nestes termos, uma vez que a «Efedrina» é uma substância proibida específica, no mesmo dia 02/01/2019 o Conselho de Disciplina da UVP-FPC pediu o referido parecer prévio ao Conselho Nacional Antidopagem.

O Conselho Nacional Antidopagem não se pronunciou nos 10 dias úteis seguintes, mas a ADoP veio aos autos comunicar que “estão preenchidos todos os pressupostos legais” e que “as penas propostas por essa federação mereceram igualmente plena concordância, por consideradas justas e adequadas” e referindo expressamente “aguardamos o envio do competente acórdão”.

## **B. Decisão**

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filiado XXXXXXXXXXXX as seguintes sanções cumulativas:

- i.* **Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva,** por resultar provada a prática de uma infração ao disposto no art.º 3.º, n.º2, alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto, punida no termos do artigo art.º 61.º, n.º 1, alínea a) da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e dos art.º 16.º, n.º1, e 17.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);
- ii.* **Invalidação do resultado individual obtido na prova XXXXXX que teve lugar no dia XXX** (art.º 74.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 25 do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);
- iii.* **Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 0XXXX** (art.º 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 26.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC); e,





**FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE CICLISMO**

- iv. **Sanção de multa fixada em €500,00** (art.º 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Notifique-se ao arquivo, juntando-se em anexo, como parte integrante da decisão, cópia do Relatório Final de Instrução, da comunicação ao CNAD com pedido de parecer prévio e dos Ofícios da ADoP n.º 47/GJ/2019 e n.º 57/GJ/2019. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 07 de Maio de 2019

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

---

#### **Recurso desta Decisão**

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, conta dos da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).